



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638585 - SP (2021/0001290-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RONALDO APARECIDO SOARES
ADVOGADO : RONALDO APARECIDO SOARES - SP168378
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADEMIR FERNANDES MACHADO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADEMIR FERNANDES MACHADO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Revisão Criminal n. 2000193492021826000).

Narra o impetrante que o paciente foi condenado à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão no regime inicialmente fechado, pela prática do delito do art. 171 do Código Penal. A apelação defensiva teria sido desprovida pelo Tribunal de origem.

Nesta via, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da demora injustificada para o Tribunal de origem realizar a distribuição e o processamento da revisão criminal ajuizada pela defesa.

Aduz que a condenação foi ilegal, por ser absolutamente contrária à prova dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para determinar que o Tribunal de Justiça proceda à distribuição da revisão criminal ajuizada pela defesa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a alegação da parte, que deixou de juntar a sentença condenatória, o acórdão do Tribunal de origem e o comprovante de ajuizamento da ação revisional. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o

pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente